

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.184.526 - GO (2017/0235715-4)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : ELIAS ALVES DE SOUSA
ADVOGADO : ALESSANDRA REIS - GO012516
ADVOGADA : ANDREA RODRIGUES ROSSI E OUTRO(S) - GO018405
AGRAVADO : ADM DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO MACHADO BORGES - GO017129
CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA - GO003229
ANNE LEVINDA ROSA SILVA E OUTRO(S) - GO042540

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE AFASTADA. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 739-A DO CPC. REUNIÃO DE AÇÕES. INDEVIDA. PLANILHA DISCRIMINADA DO DÉBITO. INADIMPLEMENTO CONFIGURADO. NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. NÃO OCORRÊNCIA. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SOJA. INAPLICABILIDADE DA EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO E DA TEORIA DA IMPREVISÃO. VARIAÇÃO CAMBIAL. PREÇO DA SOJA EM MOEDA ESTRANGEIRA. CONVERTIDA EM NACIONAL. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA CLÁUSULA PENAL E MULTA MORATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FATO NOVO. 1. Notório que o pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento do pedido extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita. 2. Inexiste cerceamento de defesa, derivado do julgamento antecipado da lide, quando os elementos probatórios constantes dos autos bastam à perfeita elucidação dos fatos articulados pelas partes e à satisfatória solução do litígio. 3. Se o magistrado expõe as razões de fato e de direito que formaram o seu convencimento, inexiste nulidade por ausência de fundamentação. 4. Consoante precedentes desta egrégia

Corte, é constitucional o art. 739-A, do Código de Processo Civil, visto que a nova técnica processual, que afastou o efeito suspensivo automático dos Embargos à Execução, não enseja violação ao devido processo legal, pois não retira do executado a possibilidade de se defender, valendo-se dos instrumentos processuais adequados . 5. Não há falar em conexão/continência entre a ação de conhecimento e a *executio* em questão, de molde a determinar a reunião dos processos, tendo em vista que a primeira é de natureza constitutiva e declaratória, enquanto que no feito executivo não há julgamento de mérito, inexistindo perigo de decisões conflitantes - que é a finalidade última da modificação da competência por conexão. 6. Nas execuções para entrega de coisa, não se exige que a petição inicial seja instruída com demonstrativo atualizado do débito, requisito aplicável somente às execuções por quantia certa. 7. Se o devedor não demonstra ter adimplido a obrigação, no tempo e modo pactuados, caracterizado está o inadimplemento e, por consequência, manifesto é o interesse processual do credor em obter a tutela jurisdicional executiva. 8. Verificado que o título executivo é portador de obrigação certa, líquida e exigível, não há se falar em nulidade. 9. É título executivo o documento particular regularmente constituído. 10. A exceção do contrato não cumprido, previsto no art. 476 do vigente Código Civil, somente é aplicável quando uma das partes, antes de cumprir com a sua obrigação, exige da outra a correspondente contraprestação. 11. Os contratos de compra e venda de soja não se qualificam funcionalmente como adesivos, visto que o produtor de toneladas do cereal não é parte hipossuficiente, pois atua no mercado com livre arbítrio, profissionalismo e autoridade, de sorte que dispõe de plenas condições de negociar sua produção agrícola. 12. A jurisprudência desta egrégia Corte possui consolidada hermenêutica no sentido de que os contratos de compra e venda de soja são aleatórios, de modo que a oscilação de preço do mercado, inerente a sua natureza, não constitui acontecimento imprevisível e extraordinário, razão pela qual não lhes aplica a teoria da imprevisão. 13. Em contratos de compra e venda de soja, inexistente ilegalidade na fixação de preços de sacas em dólares, especialmente na hipótese em que o pagamento seja avençado em moeda nacional, após a respectiva conversão. Precedentes desta Corte e do STJ. 14. A redução da cláusula penal pelo juiz, quando houver inadimplemento total, pressupõe a demonstração de exorbitância, ora não demonstrada. 15. Se a parte

agravante não traz argumento suficiente para acarretar a modificação da linha de raciocínio adotada na decisão monocrática, impõe-se o desprovemento do agravo regimental, porquanto interposto sem elementos novos capazes de desconstituir o decisum que negou seguimento ao seu apelo. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO, MAS IMPROVIDO.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 131, 165, 458, II, e 535, II, do Código de Processo Civil; 318 e 489 do Código Civil.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos. Ademais, não está o órgão julgador obrigado a se pronunciar sobre todos os argumentos apontados pelas partes, a fim de expressar o seu convencimento. No caso em exame, o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões do acórdão recorrido. Afasto, pois, a alegada violação dos arts. 131, 165, 458 e 535 do CPC.

Quanto ao mais, o recurso não poderia ser acolhido sem reexame de prova. A agravante afirma a nulidade dos contratos celebrados com a agravada, pois pactuado o pagamento em moeda estrangeira e com cláusulas abusivas. A respeito dessa premissa fática, porém, confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ fl. 799):

À luz dessas sólidas orientações doutrinárias, tenho que / título / obrigação os contratos de compra e venda de fls. 89/98, que materializam o executivo na presente demanda, traduzem inequivocamente uma certa, líquida e exigível.

É certa a obrigação, porque define as partes constitutivas da relação jurídica material, precisa o objeto (concernente na obrigação de dar) e individualiza a coisa a ser entregue, de modo que o título fornece todos os elementos necessários aptos a configurar sua existência.

É líquida a obrigação exequenda, uma vez que a extensão da prestação está rigorosamente definida, pois delimitada a quantidade de soja (1.200.000 kg e 990.000kg) e a qualidade exigida que deverá ter o cereal.

A exigibilidade, do mesmo modo, encontra-se configurada, visto que o termo final para o cumprimento voluntário da obrigação consumou-se em 30.03.2007 (fl. 94) e 30.04.2007 (fl. 89), enquanto li que a demanda foi proposta após tal data.

Os requisitos substanciais do título executivo estão, portanto, satisfeitos, já que certa, líquida e exigível a obrigação exequenda.

Nos títulos sob exame verifica-se que todas as exigências da lei processual para se atribuir eficácia executiva encontram-se materializadas.

(...)

Conforme se infere do pacto, o pagamento seria realizado em moeda nacional, após a respectiva conversão (item 3 - PREÇO, fls. 89 e 94).

(...)

Sustenta o apelante que o valor estipulado é excessivo, razão pela qual requer a sua redução. Tenho que razão não lhe assiste. Explico.

Segundo a regra contida no art. 413 do Código Civil, a penalidade deverá ser reduzida pelo juiz, quando houver inadimplemento parcial ou quando constatar que o montante fixado é abusivo, em vista da finalidade e natureza do negócio jurídico.

Com efeito, nenhuma das hipóteses autorizadoras estão configuradas no caso em tela.

O 2º apelante não cumpriu uma parcela sequer da obrigação principal, visto que não entregou à empresa/credora parte alguma das toneladas de soja, de modo que o inadimplemento não é parcial, senão absoluto, total.

Noutra linha, ao ponderar os riscos e a finalidade do negócio jurídico, tenho que cláusula penal fixada em 50% (cinquenta por cento) não se revela excessiva.

Ademais, a fixação em valor irrisório, como objetiva o 2º apelante, retiraria o caráter intimidatório, que apesar de sua estipulação em 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da soja, não foi capaz de impedir que o apelante deixasse de cumprir a obrigação pactuada.

Do mesmo modo, a multa moratória acordada em 10% (dez por cento) do valor sempre atual da soja não se revela ilegal, tampouco abusiva por isso, deve ser mantida.

Afastar essas conclusões é inviável em recurso especial, consoante dispõe a Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora